

# Covas vai à CPI para provar legalidade

Paulo Pinto/AE—23/9/96

*Governador garante que operações irregulares com títulos do Estado são anteriores à sua gestão*

ANA CRISTINA ROSA

O governador Mário Covas (PSDB) pretende provar aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos em 1995 e 1996 que os problemas do Estado com esse tipo de operação são anteriores ao seu governo. "Foi uma surpresa quando ouvi falar que havia suspeitas sobre minha gestão", disse. "Vou responder o que me perguntarem e tenho como mostrar que esse desrespeito à lei, que não é novidade, não aconteceu sob meu comando."

Covas deverá atacar a restrição do período sob análise da CPI aos últimos dois anos, na tentativa de ampliar a investigação para governos anteriores. "Não sei o que fez a comissão ficar restrita a esses anos, mas acho despropositado delimitar um prazo muito curto", comentou. "Isso podia ir um pouquinho mais longe, porque inclusive envolveria a Prefeitura e apuraria o que de fato aconteceu no Estado."



*"Mostrar que esse desrespeito à lei não é novidade"*

**G**OVERNO  
ANTERIOR  
"EMITIU  
R\$ 1,3 BILHÃO"

Em abril, o governo de São Paulo denunciou uma diferença de R\$ 822,6 milhões entre os títulos emitidos de 1989 a 1994 — nos governos de Orestes Quércia (PMDB) e Luiz Antonio Fleury Filho (PTB) — e os precatórios pagos no

período. O fato está sob investigação da Procuradoria-Geral da Justiça. "Em quatro anos, o governo anterior pediu para emitir R\$ 1,3 bilhão em títulos e pagou apenas R\$ 500 milhões em precatórios", citou. "Hoje essa diferença custa R\$ 2,7 bilhões".

Covas lembrou que passou um ano sem conseguir que o BC encami-

nhasse seu primeiro pedido de emissão de títulos ao Senado. "Isso por falta de comprovação do uso desse tipo de verba para pagamento de precatórios (sentenças judiciais) durante a gestão anterior", explicou. "Quando assumi, queriam que eu mostrasse que havia pago, mas há três anos o Estado mandava para o BC aviso dizendo que não estava pagando precatórios", comentou.

**Dificuldade** — "Depois disso, para eu conseguir a autorização que a lei me garante para liberar a sexta, a sétima e a oitava parcelas dos precatórios judiciais foi uma dificuldade." Pela Constituição, o débito resultante de precatórios até 1988 pode ser pago em oito vezes com a emissão de títulos. O Estado já conseguiu emitir as três parcelas, porém os títulos da última ainda não foram descontados. Este ano, o Estado pagou cerca de R\$ 500 milhões de precatórios alimentares (dívidas com funcionários e credores) dos últimos cinco anos e não alimentares (com desapropriações) referentes ao ano de 1991.

O governador paulista ainda não foi chamado a depor, mas o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que integra a CPI, informou que o requerimento para convocação da presença dele na comissão será apresentado amanhã. Em entrevista ao *Estado* na quinta-feira, Covas dissera que queria ser chamado pela comissão por que a situação de São Paulo "é tão grave quanto a de Santa Catarina", que originou a CPI do Senado.